

ANEXO

2022

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	CACRC – Centro Arbitragem Conflitos Consumo Região Coimbra
Morada	Av. Fernão Magalhães, n.º. 240, 1.º andar.
Código postal	3000-172
Localidade	COIMBRA

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	503861650
Classificação de atividade económica (CAE)	94995 – Outras Actividades Associativas

ÍNDICE DO ANEXO

1) Nota 1 - Identificação da entidade	3
2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	3
3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas.....	4
4) Nota 4 - Fluxos de Caixa	5
5) Nota 5 - Fornecedores.....	6
6) Nota 6 - Estado e outros entes públicos.....	7
7) Nota 7 - Ativos fixos tangíveis.....	8
8) Nota 8 - Resultados transitados.....	8
9) Nota 9 – Outro Financiadores.....	9
10) Nota 10 – Outras Contas Credoras.....	9
11) Nota 11 – Fundos Patrimoniais.....	10
12) Nota 12 - Fornecimentos e serviços externos	10
13) Nota 13 - Gastos com o pessoal.....	11
14) Nota 14 - Rendimentos.....	12
15) Nota 15 – Orçamento 2021 e Execução.....	14
16) Nota 16 – Acréscimos e Diferimentos.....	15
17) Nota 17 - Informações exigidas por diplomas legais	15
18) Nota 18 – Acontecimentos à data	15
19) Nota 19 – Apuramento do Resultado Líquido Social.....	16

**CACRC – CENTRO DE ARBITRAGEM DE CONFLITOS DE CONSUMO DA
REGIÃO DE COIMBRA**

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022**

1) Nota 1 - Identificação da entidade

O CACRC – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Região de Coimbra, tem a sua sede Coimbra, com o numero de identificação fiscal (NIPC) 503861650, com o CAE 94995. A atividade da associação, constituída por escritura pública lavrada em 27 de Setembro de 1995, realiza-se à luz dos seus estatutos, entretanto alterados por escritura publica lavrada em 21 de Julho de 1999, em 25 de Outubro de 2005 e em 22 de Julho de 2019.

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2022 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC)

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do CACRC, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

O Centro regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos”.

d) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do Centro são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

3.3. Imposto sobre o rendimento

O Centro encontra-se sujeito, mas isento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos, sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Outras Contas a receber – Receitas Previstas” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

As conciliações bancárias também foram efetuadas às contas de depósitos à ordem e depósitos a prazo.

A conciliação bancária consistiu na confrontação e conciliação entre movimentos e saldos registados na contabilidade e os movimentos e saldos registados nas instituições bancárias.

As conciliações bancárias foram regularmente efetuadas ao longo do ano de 2022.

3.6. Subsídios e outros apoios

Os subsídios e subvenções de entidades públicas e privadas recebidos, destinaram-se a financiar a realização dos fins estatutários.

As quotas pagas pelos Municípios aderentes também tiveram o objetivo de financiar a realização dos fins estatutários.

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4) Nota 4 - Fluxos de Caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

CACRC – CENTRO DE ARBITRAGEM DE CONFLITOS DE CONSUMO DA REGIÃO DE COIMBRA

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/22	
Caixa geral	92,47	
Depositos à ordem - BPI	21 404,56	
Depositos à Ordem - CGD	14 265,93	
Outros Depositos bancários - BPI	53 471,47	
TOTAL MEIOS FINANCEIROS LIQUIDOS	89 234,43	

O depósito a prazo no valor de 53.471,47 euros, foi renovado por um período de 3 anos com início em 30/5/2022 e com o seu vencimento em 30/05/2025.

Trata-se de um Depósito Especial BPI 3 anos – n.º. 4782729-422-001 .

O vencimento em 30 de Maio de 2022, gerou juros no valor de 162.57 euros, com uma retenção referente aos rendimentos de capitais , no valor de 40.64 euros

5) Nota 5 - Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2021 e 2022 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/21	31/dez/22
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores c/corrente a debito	-681,29	-188,19
Fornecedores c/corrente a credito		458,40
Fornecedores títulos a pagar	-	-
TOTAL	-681,29	270,21

O saldo de fornecedores conta corrente é detalhado da seguinte forma :

- Lusa Administradora Serviços de Limpeza e Jardinagem , Ld^a. , fatura emitida em Dezembro de 2022 e paga em Janeiro de 2023, no valor de 110.70 euros ;
- Meo – Serviços de Comunicações Multimédia SA, fatura emitida em Dezembro de 2022 e paga em Janeiro de 2023 ;
- Staples Portugal – Equipamento de Escritório SA, a encomenda de um armário de persiana 120x102x42 PR, e respetivo pagamento ocorreu em Dezembro de 2022, pelo valor de 399 euros.

A emissão de fatura ocorreu em 2 de janeiro de 2023, sob o número 89732301/8. Tivemos em consideração a especialização do exercício, dado que se trata de uma aquisição efetiva no ano de 2022 ;

- Worten – equipamentos para o lar SA, o pagamento da encomenda de toners para impressora, ocorreu em 29 de Dezembro de 2022, a emissão da fatura e entrega dos consumíveis foi em janeiro de 2023, pelo valor de 59.40 euros .

6) Nota 6 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/21	31/dez/22
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	40,64
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	10,92
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	693,61	418,18
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	1.319,37	1.170,77
Outros impostos e taxas	-	-
TOTAL	- 2.012,98	- 1.537,39

ATIVO

Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), no valor de 40,64 euros, refere-se à retenção de capitais dos juros gerados com o depósito a prazo. Valor a levar para a Modelo 22 do ano de 2022.

Valor pago a mais ao Fundo de Compensação no valor de 10.92 euros, já regularizado em janeiro de 2023.

PASSIVO

Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), no valor de 418,18 euros, refere-se a retenções de trabalho dependente, no valor de 2052,68 euros, e de retenções prediais (rendas do escritório), no valor de 212,50 euros. Estas retenções referem-se ao mês de Dezembro, pagas no mês de janeiro de 2023;

Segurança Social, Contribuições do mês de Dezembro, pagas em janeiro de 2023, no valor de 1.159,85 euros.

7) Nota 7 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2022

Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	21 263,24	4 157,91	-	-	25 421,15
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	7 214,87	-	-	-	7 214,87
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	28 478,11	4 157,91	-	-	32 636,02
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	19 728,96	1 609,32	-	-	21 338,28
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	5 201,19	419,08	-	-	5 620,27
Total de depreciações acumuladas	24 930,15	2 028,40	-	-	26 958,55
Total do ativo líquido	3 547,96				5 677,47

Foram adquiridos:

um computador portátil, no valor de 1.764,95 euros;

foram adquiridos armários, com persiana, um no valor de 399 euros, outro no valor de 798 euros;

foram adquiridas 2 cadeiras, no valor de 1.195,96 euros

8) Nota 8 – Investimentos Financeiros

O valor constante na rubrica Investimentos Financeiros, refere-se ao valor depositado no Fundo de Compensação.

O Fundo de Compensação de Trabalho, destina-se a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho.

Estes fundos são de adesão obrigatória, desde a entrada em vigor da lei 70/2013 de 30 de Agosto, com efeitos a 1 de Outubro de 2013.

O valor deste fundo está em 456 euros.

9) Nota 9 – Outros Financiadores

Municípios protocolados para o ano de 2022, em que foram emitidos as Notas de débito, e se encontram por liquidar em 31/12/2022 :

Município de Coimbra2.493,99 euros

10) Nota 10 – Outras Contas credoras

Município de Arganil no ano de 2006 1.246,99 euros
Município de Arganil nos anos de 2007/2008/2009 3.740,97 euros
Município de Arganil no ano de 2010 1.246,99 euros
Município de Arganil no ano de 2011 1.246,99 euros
Município de Arganil no ano de 2012 1.246,99 euros
Município de Arganil no ano de 2013 1.246,99 euros
Município de Arganil no ano de 2014 1.246,99 euros

Município de Soure no ano de 2013 1.745,79 euros
Município de Soure no ano de 2014 1.745,79 euros
Município de Soure no ano de 2015 1.745,79 euros
Município de Soure no ano de 2016 1.745,79 euros
Município de Soure no ano de 2017 1.745,79 euros

Município de Montemor o Velho no ano de 2012 1.745,79 euros
Município de Montemor o Velho no ano de 2013 1.745,79 euros
Município de Montemor o Velho no ano de 2015 1.745,79 euros
Município de Montemor o Velho no ano de 2016 1.745,79 euros
Município de Montemor o Velho no ano de 2017 1.745,79 euros
Município de Montemor o Velho no ano de 2018 1.745,79 euros
Município de Montemor o Velho no ano de 2019 1.745,79 euros

Ultima tranche da componente variável, referente ao ano de 2022, paga em 2023, pelas entidades reguladoras:

Autoridade Nacional de Comunicações(ANACOM)..... 2.772,21 euros,
Entidade Reguladora Serviços Energéticos (ERSE) 1.027,42 euros,
Entidade Reguladora Serviços Aguas (ERSAR) 87,44 euros

A ultima tranche (20% do total, no valor de 6.725,84 euros) do Apoio financeiro concedido pelo Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores no âmbito da respetiva 11ª. fase – Eixo C – RACE, não foi recebida. Conforme estabelece a Cláusula 4ª. do termo de Aceitação da decisão do Apoio Financeiro . Toda a documentação (relatório final, com toda a informação referente á execução material e financeira do projecto, foi entregue dentro do prazo estabelecido .Por desconhecermos até ao momento da elaboração do Anexo das Demonstrações Financeiras, foi decidido não acrescer este rendimento , uma vez que não há certezas que venha a ser liquidada .

A Conta Paypal, tem um saldo credor de 233.74 euros, para aquisições futuras .

11) Nota 11 – Fundos Patrimoniais

Fundo Social no valor de 23.578,10 euros

Resultados Transitados, esta rubrica inclui os resultados realizados em exercícios anteriores, o seu valor é de 104.236,21 euros.

FUNDOS PATRIMONIAIS	Ano 2021	Ano 2022
Fundo Social	23.578,10	23.578,10
Resultados Transitados	107.456,00	104.236,21
Resultado Liquido Período	- 3.219,79	- 1.597,98

O Resultado liquido do período é negativo no valor de 1.597,98 euros, devido à falta de comparticipação financeira do Fundo do Consumidor, que este ano não abriu nenhuma candidatura.

12) Nota 12 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022 :

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/21	31/dez/22
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	15 684,63	37 583,57
Trabalhos especializados	656,50	960,71
Publicidade e propaganda	239,85	576,86
Vigilância e Segurança	51,66	59,04
Honorários	14 388,00	35 711,29
Comissões	-	-
Conservação e reparação	304,79	179,45
Outros	43,83	96,22
Materiais	2 268,70	1 814,51
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	649,87	429,94
Livros e documentação técnica	-	17,80
Material de escritório	1 350,37	1 043,70
Artigos para oferta	268,46	323,07
Outros	-	-
Energia e fluidos	1 427,75	1 469,83
Eletricidade	1 135,88	1 166,75
Combustíveis	-	-
Água	291,87	303,08
Outros	-	-
Deslocações, estadas e transportes	187,76	780,35
Deslocações e estadas	187,76	780,35
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	13 879,00	14 150,21
Rendas e alugueres	9 350,00	10 200,00
Comunicação	1 827,30	2 204,32
Seguros	58,54	91,50
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	-	-
Despesas de representação	122,30	45,77
Limpeza, higiene e conforto	2 520,86	1 608,62
Outros serviços	-	-
TOTAL	33 447,84	55 798,47

13) Nota 13 - Gastos com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2022:

GASTOS COM O PESSOAL	31/dez/21	31/dez/22
Remunerações dos órgãos sociais	4.500,00	3.600,00
Remunerações do pessoal	35.910,14	30.139,91
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	6.775,14	6.790,67
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	377,48	164,96
Outros gastos com o pessoal	86,90	92,89
TOTAL	47.649,66	40.788,43

O quadro de pessoal efetivo, é composto por uma Jurista, com a Categoria Profissional de Técnica de Apoio Jurídico e por uma Assistente Administrativa 1^a.

A Tabela Salarial praticada no ano de 2022, está acima dos valores aprovados na Portaria 292/2021 de 13/12/2021. Esta Portaria é dirigida para Trabalhadores Administrativos .

14) Nota 14 - Rendimentos

A decomposição de 2021 e 2022 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

RENDIMENTOS	31/dez/21	31/dez/22
Direcção Geral Política de Justiça	14.935,61	15.129,78
Fundo promoção consumidor – RACE	3.227,54	26.903,34
Municípios protocolados	14.516,92	14.516,92
ANACOM	19.070,64	16.875,72
ERSE	9.399,48	9.896,54
ERSAR	6.748,65	6.136,62
AMT	5.913,48	6.051,64
IEFP - Estagio Profissional	5.369,26	1.345,33
Juros depósitos a prazo	0	162,57
Outro rendimentos	0,01	0,02
	79.181,59	97.018,48

Os recursos (rendimentos) são provenientes de participações financeiras :

- Direção-Geral da Política da Justiça, com um orçamento anual no valor de 15.129,78 euros , integralmente recebido no ano de 2022
- Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores, no âmbito da respetiva 11ª fase – Eixo C – Rede de Apoio ao Consumidor Endividado, teve um Orçamento anual aprovado no valor de 33.629,18 euros, para realização do projeto referente às atividades de informação, aconselhamento e acompanhamento dos consumidores endividados da competência das entidades que ao abrigo do Dec Lei nº. 277/2012, de 25 de Outubro, na redação que lhe foi dada pelo Dec Lei nº. 70-B/2021, de 6 de agosto, integram a Rede de Apoio ao Consumidor Endividado, regulamentada pela Portaria nº. 2/2013 de 2 de janeiro.

O Projecto foi cabalmente executado de acordo com as cláusulas e condições do Termo de Aceitação da Decisão do Apoio Financeiro.

O apoio financeiros foi concedido no ano de 2022, em 3 tranches, ficando por liquidar a 4ª. e ultima tranche, no valor de 20% do total, a que corresponde o valor de 6.725,84 euros .

O valor recebido correspondente á 1ª., 2ª. e 3ª. tranche foi de 26.903,34 euros

- Municípios, participação financeira anual protocolada; Nesta rubrica foi entendimento do Conselho de Administração não emitir as Notas de Débito aos Municípios de Montemor o Velho, Soure e Arganil ;
- Entidades Reguladoras, de acordo com os Protocolos de Cooperação celebrados em 2019 e o disposto no Despacho nº. 4279/2020, de 8 de Abril, dos Gabinetes do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor e da Secretária de Estado da Justiça:

Autoridade Nacional de Comunicações(ANACOM), com um valor anual de 16.875,72 €

Componente fixa : 5.786,86 € (Despacho ministerial)

Componente variável : 11.088,86 € (Protocolo)

Entidade Reguladora Serviços Energéticos (ERSE) com um valor anual de 9.896,54 €

Componente fixa : 5.786,86 € (Despacho ministerial)

Componente variável : 4.109,68 € (Protocolo)

Entidade Reguladora Serviços de Aguas e Resíduos (ERSAR) com um valor anual de 6.051,64 €

Componente fixa : 5.786,86 € (Despacho ministerial)

Componente variável : 264,78 € (Protocolo)

Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) com um valor anual de 6.051,64 €

Componente fixa : 5.786,86 € (Despacho ministerial)

Componente variável : 349,76 € (Protocolo)

15) Nota 15 – Orçamento de 2022 e sua Execução

O Orçamento aprovado em Assembleia Geral para o ano de 2022, foi de 130.088,27 euros de receitas, 130.088,27 euros para despesas .

Em relação às receitas a execução foi de 93.016,57 euros, (noventa e três mil, e dezasseis euros, cinquenta e sete cêntimos) com um desvio em relação ao previsto de 37.071,70 euros. A sua taxa de execução ficou em 71.5% .

Este desvio deve-se essencialmente à não abertura do Fundo do Consumidor , do Eixo A . Em Orçamento aprovado para o ano de 2022, o seu valor estimado era de 24.200 euros .

Quanto ao Eixo C, aprovado com um valor de 33.629,18 euros, foi executado 26.903,34 euros,

Também o não pagamento da comparticipação financeira de alguns municípios protocolados, contribuiu para este desvio orçamental .

Na Entidade Reguladora ANACOM, também se verificou um desvio de 2.267,50 euros em relação ao previsto . na componente variável .

Na Entidade Reguladora ERSAR, verificou-se um desvio de 322,81 euros , em relação ao previsto, na componente variável .

Também a Entidade Reguladora ERSE, se verificou um desvio para mais, em relação ao previsto no valor de 424,48 euros, na componente variável .

Também a Entidade Reguladora AMT, se verificou um desvio para mais, em relação ao previsto no valor de 65.58 euros , na componente variável.

O desvio nas despesas foram de 30.012,29 euros, tendo uma taxa de execução de 76.93% .
Devido á falta de receitas previstas para o ano de 2022, não foi possível realizar algumas despesas previstas. Mesmo assim, houve necessidade de recorrer a capitais próprios no valor de 7.059,41 euros

16) Nota 16 – Acréscimos e diferimentos

Foi calculada a estimativa de férias e subsidio de férias do ano de 2022, a pagar em 2023, no valor de 5.465,39 euros .

Como gasto a reconhecer, foi evidenciada uma aquisição de um armário adquirido na Staples, cuja fatura foi emitida em 2023, mas paga em 2022 e entregue o equipamento em 2022, no valor de 399 euros .

Foi efetuada acréscimo de rendimentos das entidades reguladoras, que pagaram a ultima tranche no ano de 2023 :

ANACOM : 2.772,21 €

ERSE : 1.027,42 €

ERSAR : 87,44 €

Tambem houve um Diferimento de Gastos a reconhecer no ano de 2023:

Acidentes de trabalho, no valor de 150 euros ;

Renda do escritório do mês de Janeiro de 2023 , no valor de 850 euros

Estes gastos a diferir, foram pagos no ano de 2022

17) Nota 17 - Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que o CACRC não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18) Nota 18 – Acontecimentos à data e após da demonstração da Posição Financeira

Depois do período de 2 anos de Pandemia, o ano de 2022 foi marcada com o brutal aumento das taxas de juros e da inflação. Uma das causas que provocaram este desequilíbrio financeiro, principalmente para as famílias, foi a Guerra na Ucrânia, que ainda não sabemos quando irá terminar e quais as consequências diretas nas famílias portuguesas.

Para já, o aumento do custo de vida e a subida das taxas de juro no crédito, é sentido nas famílias de forma abrupta. Um aumento anormal da carga de endividamento, bem como o Cabaz Alimentar bastante caro, em relação ao ano de 202 .

19) Nota 19 – Apuramento do Resultado Líquido Social

O Resultado de exploração social apurado em 31 de Dezembro de 2022 foi – 1.597,98 euros .

O Resultado Líquido Social negativo deverá ser aplicado contabilisticamente na Rubrica de Fundos Patrimoniais – Resultados Transitados.

.

PROPOSTA

Nos termos do relatado, o Conselho de Administração do CACRC –Centro de Arbitragem de Consumo da Região de Coimbra, submete o **Relatório de Contas do Exercício 2022** para análise e aprovação em Assembleia Geral.

CACRC - Centro Arbitragem Conflitos Consumo Região de Coimbra

BALANÇO Individual em 31 de Dezembro de 2022

Rubricas	Notas	2022	2021
ACTIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	5,677.47	3,547.96
Investimentos Financeiros	8	456.00	344.90
Subtotal		6,133.47	3,892.86
ATIVO CORRENTE			
Estado e outros entes públicos	6	51.56	-
Outras contas a receber - receitas previstas não recebidas		37,104.30	37,797.71
Comparticipações anuais - Quotas de Municípios	10	37,104.30	36,452.38
IEFP - estagios	10	0.00	1,345.33
Acréscimos e Diferimentos		4,887.08	5,334.58
Acréscimo Rendimentos - Entidades Reguladoras	10	3,887.08	4,484.58
Gastos a Reconhecer	16	1,000.00	850.00
Caixa e depósitos bancários	4	89,234.43	91,933.94
Subtotal		131,277.37	135,066.23
Total do activo		137,410.84	138,959.09
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundo Social	11	23,578.10	23,578.10
Resultados transitados	11	104,236.21	107,456.00
Subtotal		127,814.31	131,034.10
Resultado liquido social	11	-1,597.98	- 3,219.79
Total de Fundos Patrimoniais		126,216.33	127,814.31
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	5	188.19	681.29
Estado e outros entes publicos	6	1,588.95	2,012.98
Provisoes por falta recebimento M.Arganil 2007/2006		2,493.98	2,493.98
Outros devedores e credores		1,059.00	-
Acréscimos e Diferimentos		5,864.39	5,956.53
Acréscimos gastos	16	5,864.39	4,611.20
Rendimentos a Reconhecer - IEFP	16	0.00	1,345.33
Subtotal		11,194.51	11,144.78
Total do Passivo		11,194.51	11,144.78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		137,410.84	138,959.09

CENTRO ARBITRAGEM CONFLITOS CONSUMO REGIAO COIMBRA

EXECUÇÃO FINANCEIRA 2022

DESPESAS		Orçamento Anual (A)	Executado ate Dezembro (B)	Desvio (C) = (B)-(A)	% Taxa Execução (D)=(B)*100/(A)
1	DESPESAS COM PESSOAL	87,880.15	75,764.34	-12,115.81	86.21
	<i>Pessoal Técnico s/ Vinculo</i>				
	Juizes-Árbitro	15,000.00 €	3,173.40	-11,826.60	
	Directora	10,560.00 €	10,560.00	0.00	
	Contabilista Certificada	4,428.00 €	4,428.00	0.00	
	Jurista	7,200.00 €	10,857.03	3,657.03	
	Jurista especialista	10,800.00 €	7,199.89	-3,600.11	
	Conselho de Administração	4,068.00 €	4,332.00	264.00	
	<i>Pessoal c/ vinculo</i>			0.00	
	Técnico			0.00	
	Salários	15,279.60 €	15,279.60	0.00	
	Subsidio de Alimentação	1,232.00 €	1,224.00	-8.00	
	Encargos c/ Segurança Social	3,407.35 €	3,552.22	144.87	
	Administrativo			0.00	
	Salários	10,281.60 €	10,519.20	237.60	
	Diuturnidades	831.60 €	656.35	-175.25	
	Encargos c/ Segurança Social	2,600.00 €	2,506.79	-93.21	
	Subsidio de Alimentação	1,232.00 €	1,224.00	-8.00	
	Medicina Trabalho Higiene e Segurança no T	50.00 €	86.90	36.90	
	Formação Profissional	700.00 €	0.00	-700.00	
	Seguro de Acidentes de Trabalho	210.00 €	164.96	-45.04	
2	INVESTIMENTOS	8,400.00	5,286.49	-3,113.51	62.93
	Mobiliário	2,500.00 €	2,392.96	-107.04	
	Equipamento informático	3,000.00 €	2,194.89	-805.11	
	Sinalética	500.00 €		-500.00	
	Consultadoria jurídica	1,000.00 €		-1,000.00	
	Apoio serviços informáticos	1,000.00 €	698.64	-301.36	
	Plano de emergência	400.00 €		-400.00	
				0.00	
3	DESPESAS COM FUNCIONAMENTO	33,808.12	19,025.15	-14,782.97	56.27
	Eletricidade	1,200.00 €	1,166.75	-33.25	
	Água e Saneamento	300.00 €	303.08	3.08	
	Livros técnicos	500.00 €	17.80	-482.20	
	Expediente / Consumíveis	1,200.00 €	1,103.10	-96.90	
	Telefone e Internet	1,200.00 €	1,136.75	-63.25	
	Seguro multiriscos	71.47 €	91.50	20.03	
	Despesas de Correio	600.00 €	1,067.57	467.57	
	Conservação e Reparação de imovel	500.00 €	0.00	-500.00	

Higiene e conforto	3,000.00 €	1,608.62	-1,391.38	
Aluguer, manutenção e reparações de equipam	1,000.00 €	500.56	-499.44	
Encargos bancários	360.00 €	96.22	-263.78	
Rendas de espaço / sede	10,200.00 €	10,200.00	0.00	
Deslocações e despesas representação	5,000.00 €	826.12	-4,173.88	
Divulgação / Publicidade	5,000.00 €	576.86	-4,423.14	
Outros Custos Operacionais	3,676.65 €	330.22	-3,346.43	
TOTAL EM EUROS	130,088.27	100,075.98	-30,012.29	76.93

EXECUÇÃO FINANCEIRA 2022

RECEITAS	Orçamento Anual	Executado ate Dezembro	Desvio (C) = (B)-(A)	% Taxa Execução
	(A)	(B)		
Direção-Geral do Consumidor - Eixo A	24,200.00	0.00	-24,200.00	
Direção-Geral do Consumidor - Eixo C RACE	33,629.18	26,903.34	-6,725.84	
Direção-Geral da Política da Justiça	14,935.61	15,129.78	194.17	
Câmaras Municipais 2022	16,262.71	12,022.93	-4,239.78	
ANACOM - componente fixa	5,786.86	5,786.86	0.00	
ANACOM - componente variável	13,356.36	11,088.86	-2,267.50	
ERSAR - componente fixa	5,786.86	5,786.86	0.00	
ERSAR - componente variável	672.57	349.76	-322.81	
ERSE - componente fixa	5,786.86	5,786.86	0.00	
ERSE - componente variável	3,685.20	4,109.68	424.48	
AMT - componente fixa	5,786.86	5,786.86	0.00	
AMT - componente variável	199.20	264.78	65.58	
TOTAL EM EUROS	130,088.27	93,016.57	-37,071.70	71.50
CAPITAIS PROPRIOS		7,059.41		

	Aprovado Anual		Executado até Dezembro	Desvio (C) = (B)-(A)	% Taxa Execução
	(A)		(B)		
Candidatura a Fu	24,200.00		0.00	-24,200.00	0.00
Direcção Geral P	14,935.61		14,935.61	0.00	
				0.00	
Municípios 2021	19,205.49		12,022.93	-7,182.56	62.60
Municípios 2020			3,740.98		
Estagio Profissio	6,711.57		5,369.26	-1,342.31	80.00
Entidade Reg. Se	9,476.04		8,478.18	-997.86	89.47
Entidade Reg. Se	23,605.54		15,731.55	-7,873.99	66.64
Entidade Reg. Se	6,127.18		6,386.85	259.67	104.24
Entidade AMT	5,714.29		5,913.48	199.19	103.49
Fundo - DGC 3ª. Tranche 2020			3,227.54		
ERSE - tranche 2020			940.44		
ANACOM- tranche 2020			4,472.81		
ERSAR- tranche 2020			137.61		
TOTAL EM EURO	109,975.72		81,357.24		

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2022

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	31 dez 2022	31 dez 2021
Vendas e Serviços Prestados			
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados			
Resultado Bruto			
Outros Rendimentos		96 855,91	79 181,59
Gastos de Distribuição			
Gastos Administrativos		-55 798,47	-33 447,84
Gastos de Investigação e Desenvolvimento			
Outros Gastos		-42 817,99	-48 953,54
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		-1 760,55	-3 219,79
Gastos de Financiamento (Líquidos)		162,57	
Resultado Antes de Impostos		-1 597,98	-3 219,79
Imposto sobre o Rendimento do Período			
Resultado Líquido do Período		-1 597,98	-3 219,79

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022

Moeda: EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustam Activos Financeiros	Exced. de Revaloriz.	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022		23 578,10						107 456,00				-3 219,79	127 814,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira Adopção do SNC													
Alterações de Políticas Contabilísticas													
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras													
Realização do Exced. de Revalorização de Ativos Fixos													
Excedente de Revalorização de Ativos Fixos													
Ajustamentos por Impostos Diferidos													
Outras Alterações no fundos patrimoniais								-3 219,79				3 219,79	
								-3 219,79				3 219,79	
RESULTADO LÍQUIDO												-1 597,98	-1 597,98
RESULTADO EXTENSIVO								-3 219,79				1 621,81	-1 597,98
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2022		23 578,10						104 236,21				-1 597,98	126 216,33

Órgão de Diretivo: _____

Contabilista Certificado n.º _____

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO EM 31 de Dezembro de 2021

Moeda: EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustam Activos Financeiros	Exced. de Revaloriz.	Outras Variações Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2021		23 578,10						87 412,23				20 043,77	131 034,10
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira Adopção do SNC													
Alterações de Políticas Contabilísticas													
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras													
Realização do Exced. de Revalorização de Ativos Fixos													
Excedente de Revalorização de Ativos Fixos													
Ajustamentos por Impostos Diferidos													
Outras Alterações do Capital Próprio								20 043,77				-20 043,77	
RESULTADO LÍQUIDO								20 043,77				-20 043,77	
RESULTADO INTEGRAL								20 043,77				-23 219,79	-3 219,79
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de Capital													
Realizações de Prémio de Emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras Operações													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2021		23 578,10						107 456,00				-3 219,79	127 814,31

Órgão de Gestão: _____

Contabilista Certificado n.º _____

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes			
Pagamentos a fornecedores		-55 076,96	-33 796,69
Pagamentos ao pessoal		-36 116,07	-43 574,74
Caixa gerada pelas operações		-91 193,03	-77 371,43
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-40,64	
Outros recebimentos/pagamentos		76 927,72	61 205,55
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-14 305,95	-16 165,88
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 961,95	-1 862,64
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-111,10	-108,90
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3 073,05	-1 971,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento		14 679,49	15 763,91
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		14 679,49	15 763,91
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-2 699,51	-2 373,51
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		91 933,94	94 307,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período		89 234,43	91 933,94

CERTIDÃO

António Manuel Flório Duarte, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de COIMBRA-2..

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 17 de Janeiro de 2023.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: CACRC - CENTRO DE ARBITRAGEM DE CONFLITOS DE CONSUMO DA REGIÃO DE COIMBRA

NIF: 503861650

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 503861650

Cód. Validação: 3C7NQTED5KP8

O Chefe de Finanças,


(Em substituição)

(António Manuel Flório Duarte)

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte CACRC - CENTRO DE ARBITRAGEM DE CONFLITOS DE CONSUMO DA REGIÃO DE COIMBRA

Firma/Denominação CACRC - CENTRO DE ARBITRAGEM DE CONFLITOS DE CONSUMO DA REGIÃO DE COIMBRA

N.º de Identificação de Segurança Social 20004857580

N.º de Identificação Fiscal 503861650

N.º da Declaração 031288366ASCD23

Data de emissão 2023-01-17

CACRC - CENTRO DE ARBITRAGEM DE CONFLITOS DE CONSUMO DA REGIÃO DE COIMBRA
AV FERNÃO DE MAGALHÃES N 240 1
COIMBRA
3000172

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A Diretora de Segurança Social



Maria Manuela Veloso

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20004857580

Código de Verificação - JZXHLNJDBBX5C2X

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

CACCDC - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Distrito de Coimbra

Estatísticas - Movimento de Processos - Classificação da DGPJ
Informações no período de 2022-01-01 e 2022-12-31

	Processos			
	Pendentes em 2022-01-01	Entrados	Findos	Pendentes em 2022-12-31
	1	2	3	4
Informações	<u>4</u>	1056	1047	<u>13</u>
Meios porque foram requeridas/ prestadas				
- Telefónico	n/ a	383	384	n/ a
- Presencial	n/ a	97	99	n/ a
- Escrito	n/ a	5	6	n/ a
- Correio electrónico	n/ a	571	557	n/ a
- Telecópia	n/ a	-	1	n/ a

CACCDC - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Distrito de Coimbra

Estatísticas - Movimento de Processos - Classificação da DGPJ
Reclamações no período de 2022-01-01 a 2023-12-31

Objecto do litígio	Processos de Reclamação														
	Pendentes em 2022-01-01	Entrados	Findos										Pendentes em 2023-12-31	Duração média em dias	
			Com resolução					Sem resolução							Total findos
			Mediação com acordo	Conciliação	Arbitragem			Incompetência (s/ mediação)	Desistência	Outros Motivos					
					1 Árbitro	3 Árbitros	Mais de 3 Árbitros			Mediação sem acordo	Recusa da arbitragem ou falta de resposta	Outros			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
Processos de Reclamação															
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Indústrias extractivas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prod. e dist. de elect., gás e água	<u>12</u>	64	12	7	31	-	-	8	13	-	-	-	71	<u>5</u>	84
Construção	<u>3</u>	7	-	1	3	-	-	2	1	-	-	2	9	<u>1</u>	92
Com. por grosso e a ret. ; rep. de veíc. auto. e moto. e de bens de uso pess.															
- Comércio, manutenção e reparação de veíc. automóveis e motociclos	<u>4</u>	17	2	2	4	-	-	2	4	-	-	-	14	<u>7</u>	59
- Comércio por grosso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio a retalho e rep. de bens de uso pessoal e doméstico - Comércio a retalho															
- Alimentação, bebidas e tabaco	<u>1</u>	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	140
- Vestuário	<u>1</u>	13	3	-	3	-	-	3	3	-	-	1	13	<u>1</u>	52
- Calçado e outros art. de couro	-	11	1	-	2	-	-	3	2	-	-	1	9	<u>2</u>	48

- Banca	<u>2</u>	14	3	-	3	-	-	5	2	-	-	-	13	<u>3</u>	52
- Seguros, fundos de pensões e outras activ. complem. de S.S.	<u>1</u>	14	1	1	1	-	-	1	4	-	-	-	8	<u>7</u>	53
- Outra intermediação financeira	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	34
Activ. imobiliárias, alugueres e serv. prestados às empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	144
Saúde e acção social	<u>2</u>	4	-	1	4	-	-	1	-	-	-	-	6	-	135
Outros serviços colectivos, sociais e pessoais															
- Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles	-	3	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	<u>1</u>	8
- Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	<u>6</u>	44	3	1	17	-	-	22	4	-	-	1	48	<u>2</u>	61
Por classificar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	<u>67</u>	542	148	29	130	-	-	110	106	-	-	16	539	<u>70</u>	54